

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 688/2022/CEL/SUPEL/RO - Pedido de Esclarecimento

Wagner Wellington Sanjad <wagner.sanjad@pdcase.com.br>
Para: supel.omega@gmail.com, celsupelro@gmail.com

26 de janeiro de 2023 às 13:41

À SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO Comissão Especial de Licitação - CEL/SUPEL/RO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 688/2022/CEL/SUPEL/RO

Referente: Pedido de esclarecimento

Ilma Pregoeira Sra. Bruna Apolinário,

Com intuito de avaliar nossa participação no referido pregão, solicitamos os seguintes esclarecimentos:

Questionamento 01: Conforme estabelece o item 12.7.2 alínea “j”, “a empresa deverá comprovar, no ato da contratação, possuir certificação CMMI nível 2 ou superior”. Entendemos que a referida certificação é a relacionada a área de desenvolvimento ou seja CMMI-DEV nível 2 ou superior. Está correto este entendimento?

Questionamento 02: Ainda em relação à certificação exigida no item 12.7.2, alínea “j”, verifica-se uma afronta ao princípio da ampla competitividade. Isso por que o edital não traz em seu bojo a apresentação de certificação equivalente, como é o caso do MPS-BR, sendo totalmente incompreensível tal exclusão.

A SOFTEX é enfática quanto a isso em sua pesquisa:

“[...] existe um mapeamento entre as normas internacionais ISO/IEC 12207 (Processos do Ciclo de Vida do Software) e ISO/IEC 15504-2 (Avaliação de Processo – parte 2: Executando uma Avaliação), o CMMI (Capability Maturity Model Integration, do SEI – Software Engineering Institute/ CMU – Carnegie Mellon University) e o modelo de referência MR-MPS, visando garantir a aderência do Modelo MPS a estas duas normas internacionais e sua compatibilidade com o CMMI v1.2. Este mapeamento foi feito pela ETM - Equipe Técnica do Modelo MPS, sob coordenação de Ana Regina Cavalcanti da Rocha/COPPE UFRJ, ao elaborar o Guia Geral do [MPS.BR](#). Neste mapeamento: a) cada resultado esperado do MR-MPS está mapeado para um ou mais resultados destas duas normas internacionais; b) o mapeamento dos níveis do CMMI v1.2 para os níveis do modelo MPS pode ser visto na Tabela 2. “

Tabela 2 – Mapeamento entre os Níveis de Maturidade do MR-MPS e CMMI

NÍVEIS MR-MPS	NÍVEIS CMMI
G	-
F	2
E	-
D	-
C	3
B	4
A	5

De forma mais clara e objetiva a SOFTEX complementa dizendo que:

“existe uma equivalência entre o MR-MPS e o CMMI. Esta equivalência é total do ponto de vista do MR-MPS para o CMMI, isto é, todos os requisitos das áreas de processo do CMMI estão presentes no MR-MPS[...] o [MPS.BR](#) é um modelo de qualidade muito parecido com o CMMI e mantido pela [Softex](#). Ele foi baseado na ISO 12107, ISO 15504 e no próprio CMMI.”

Assim sendo, a fim de que não haja restrição à competitividade, entendemos que para fins de atendimento ao item 12.7.2, alínea “j” do edital, pode ser apresentado tanto o CMMI-DEV nível 2 ou superior quanto o MPS-BR-SW nível F ou superior.

Está correto o entendimento?

Questionamento 03: O Edital exige no item 12.7.2, alínea “b”, “atestado que comprove que já tenha realizado pelo menos 30.000 (dez mil) UST.”. É comum que editais ao trazerem numerações, inclusive em proposta de preços, a prevalência do valor por extenso em detrimento ao numeral, conforme se observa no item 11.1.1 do edital. Aplicando-se por analogia tal entendimento, é possível que algum licitante entenda que deve apresentar atestado de 10.000 (DEZ MIL) UST’s ao passo que outros podem entender que foi um erro no valor por extenso e interprete que o valor a ser apresentado no atestado seja de 30.000 (TRINTA MIL) UST’s.

Logo, para que não haja, dupla interpretação, o que fere o princípio do julgamento objetivo das propostas, se faz necessário a correção do ato convocatório, com a exigência técnica corretamente apontada.

Além disso, tanto o edital quanto o TR faz menção para apresentação dos atestados pela CONTRATADA e não pela licitante para fins de habilitação técnica. Logo entendemos que esse também deva ser um ponto a ser esclarecido e corrigido, a fim de não macular a lisura do certame.

Questionamento 04: O Edital exige no item 12.7.2, alínea "h", "*caso o atestado seja emitido em métrica diferente da UST, a licitante deverá demonstrar a equivalência*". Pois bem! Primeiro vale lembrar que a UST normalmente traz um catálogo de estimativas e esse pode variar de órgão para órgão, ou seja, 1 UST na SUPEL RO não é necessariamente igual a 1 UST no Ministério da Saúde no DF. Assim, para que não haja subjetividade e afronta ao princípio do julgamento objetivo das propostas, se faz necessário que o ato convocatório previamente estabeleça a unidade de conversão para outras métricas, até por que há uns 6 anos atrás era febre a administração contratar em ponto de função, recentemente passou-se as contratações em UST e atualmente tem-se verificado um movimento de contratações em posto de trabalho. Assim sendo, qual será o fator de conversão entre UST, Ponto de Função, Homem-Hora e Posto de Trabalho?

Caso a administração entenda que não lhe cabe estabelecer um fator de conversão entre essas métricas para fins de julgamento objetivo, como se dará a demonstração de tal equivalência exigida no item 12.7.2 alínea "h"? Quais documentos devem ser produzidos para tais fins?

Questionamento 05: No preâmbulo do edital a abertura da sessão está prevista para o dia 31/01/2023. Contudo no comprasnet a abertura está prevista para o dia 02/02/2023. Qual a data que se dará a abertura do certame?

Questionamento 06: Para fins de apuração da exequibilidade das propostas, quais serão os salários-base mínimos estabelecidos para cada perfil que compõe o time?

Questionamento 07: Tendo em vista que é possível a alocação de alguns perfis dentro do próprio órgão, conforme prevê o item 22.1, As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL, conforme acórdão TCU- PLENÁRIO – 2798/2010, poderão participar da licitação desde que:

a) A empresa optante pelo simples nacional que se enquadre em uma das hipóteses de vedação do art. 17, XII, art. 30, inciso II e art. 31, II, LC 123/2006 ou qualquer outra legislação de mesma natureza, não poderá gozar na licitação de benefício tributário na condição de optante, em prestígio ao princípio da igualdade, devendo preencher a planilha de custos e formação de preços, conforme regime tributário que adotará caso contratada (Lucro Real ou Lucro Presumido), sob pena de recusa da proposta.

Está correto o entendimento?

Questionamento 08: Entendemos que tipos societários obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital – ECD, consoante disposições contidas no Decreto nº 6.022/2007, regulamentado através da IN nº 1420/2013 da RFB e alterações, apresentarão documentos extraído do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped na seguinte forma:

I. Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped, nos termos do decreto 8.683/2016, desde que não haja indeferimento ou solicitação de providências;

II. Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;

III. Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped.

Está correto o entendimento?

Por favor, confirmar o recebimento.

Atenciosamente.



Wagner Wellington

Sanjad

Jurídico/Licitações

(061) 9 9208-6888

wagner.sanjad@pdcase.com.br

www.pdcase.com

